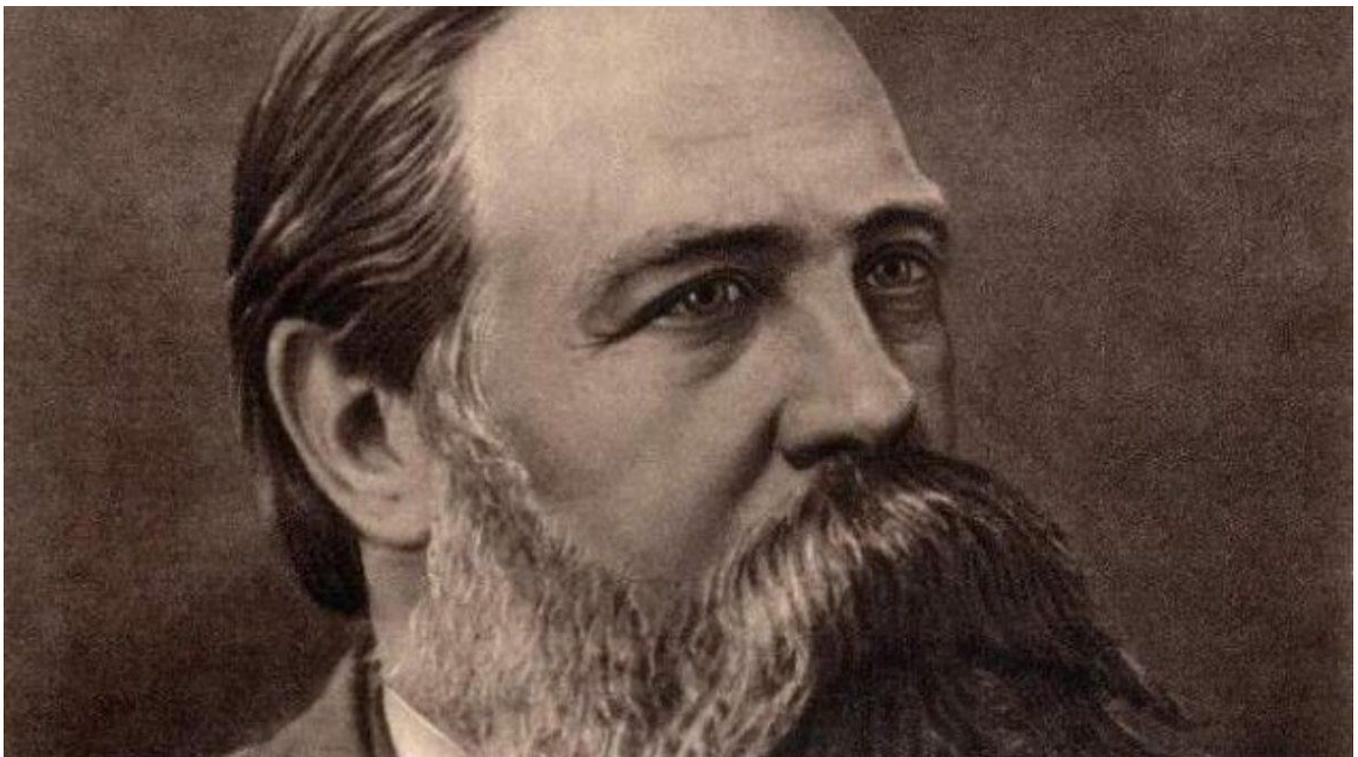


# CAPITAL E MAIS VALIA

Friederich Engels

---

Capítulo VII e VIII da Parte II Economia Política do Livro Anti-Dühring de Friederich Engels **Escrito em:** Setembro 1876 - Junho 1878. **Publicado:** em *Vorwärts*, 3 de Janeiro 1877 - 7 de Julho 1878.



*"Marx não fez do capital a ideia comumente admitida em economia política, segundo a qual o capital é um conjunto de meios de produção, sendo ele próprio um produto; Marx procura expressar uma ideia histórico-dialética, penetrando no jogo de metamorfoses dos conceitos e da história.*

*O capital, diz ele, nasce da moeda; constitui uma fase histórica que começou no século XVI, com os rudimentos de mercado mundial que a época admitia. Evidentemente, o rigor da análise econômica perde-se em face de tal conceito. Nesse gênero de concepções... julgadas meio-históricas e meio-lógicas, mas, no fundo, unicamente produtos bastardos da fantasia histórica e lógica, a faculdade de distinção e de compreensão põe abaixo toda proibidade no uso dos conceitos" - e assim continua por toda uma página, numa verdadeira carga de cavalaria."....A definição marxista do conceito do capital só pode*

*introduzir a confusão na rigorosa teoria econômica... improvisações que pretendem impor-se como verdades lógicas profundas... fragilidade de fundamentos", etc.*

Assim, segundo Marx, o capital teria nascido da moeda no começo do século XVI. É como se disséssemos que a moeda metálica nasceu há três mil anos, do gado, porque, como se sabe, este teve antigamente função de moeda. Só mesmo o Senhor [Dühring](#) seria capaz de exprimir-se com tanta grosseria e desacerto. Na análise que faz Marx das formas econômicas no seio das quais se opera o processo de circulação das mercadorias, a moeda aparece como a forma última e superior. "Este produto último da circulação das mercadorias é a primeira forma sob a qual se manifesta o capital. Do ponto de vista histórico, o capital ergue-se por toda Parte contra a propriedade territorial, sob a forma de dinheiro, como numerário, como capital mercantil e capital usurário... O mesmo fenômeno desenvolve-se diariamente aos nossos olhos. Na sua primeira entrada em cena, isto é, na sua primeira aparição no mercado, quer se trate do mercado de mercadorias, do de trabalho ou de moeda, o capital reveste sempre a forma dinheiro, a forma de um dinheiro que, por processos determinados, deve transformar-se em capital". (O Capital, livro I, capítulo IV). É, portanto, um fato que Marx registra. Incapaz de contestá-lo, o Senhor [Dühring](#) deforma-o; o capital teria nascido da moeda.

Marx prossegue, então, no estudo dos processos pelos quais a moeda se transforma em capital; verifica, inicialmente, que a forma sob a qual a moeda circula como capital é a inversão exata da forma sob a qual ela circula como equivalente geral das mercadorias. O simples possuidor de mercadorias vende para comprar; vende aquilo de que não tem necessidade e, com o dinheiro obtido, compra aquilo de que tem necessidade. O capitalista incipiente começa por comprar aquilo de que ele próprio "não tem" necessidade; compra para vender, e para vender mais caro, para recuperar o valor dinheiro primitivamente aplicado na compra e, mais ainda, para recuperá-lo acrescido de um excedente em dinheiro, que Marx denomina de mais-valia.

Qual a origem dessa mais-valia? Ela não pode provir nem de ter o comprador comprado as mercadorias abaixo de seu valor, nem de tê-las vendido acima de seu valor. Com efeito, nesses dois casos, os ganhos e as perdas de cada um se compensam reciprocamente, porquanto cada um é sucessivamente comprador e vendedor. Ela não pode igualmente provir do dolo, porque este pode muito bem enriquecer um a expensas de outro, mas não aumentar a soma total possuída por um e por outro, nem, por conseguinte, a soma dos valores em circulação num país. É difícil que a totalidade da classe capitalista de um país se engane a si própria". (O Capital, pág. 165).



E, entretanto, verificamos que a classe dos capitalistas de cada país, tomada em seu conjunto, se enriquece constantemente aos nossos olhos, vendendo mais caro do que comprou, apropriando-se da mais-valia. Estamos, porém, tão adiantados como no começo; donde provém a mais-valia? É esta questão que se trata de resolver e de maneira "puramente econômica" abstração feita de qualquer dolo, de qualquer intervenção de poderes estranhos. O problema é este: como é possível vender constantemente mais caro do que se comprou, mesmo que se suponha que se trocam sempre valores iguais por valores iguais?

A solução dessa questão é, na obra de Marx, o seu grande mérito, um acontecimento que marca uma época. Ela veio iluminar domínios econômicos em que até aqui não só os socialistas como os economistas burgueses tateavam no meio das trevas mais espessas. Data dessa época, e em torno dela se agrupa, o socialismo científico.

A solução é a seguinte. O aumento do valor da moeda que se vai transformar em capital não poderia operar-se sobre essa "moeda", nem provir da "compra", porquanto essa moeda realiza aqui somente o preço da mercadoria, e esse preço - pressupondo-se, como se pressupõe, que os valores trocados são iguais - não é diferente do valor. Por essa razão, também o acréscimo do valor não pode provir de "venda" da mercadoria. É preciso, portanto, que essa alteração se verifique na mercadoria comprada e não em seu "valor", visto ser ela comprada e vendida por seu valor, mas por seu "valor de uso" como

tal; dito de outro modo: a mudança de valor deve resultar do consumo da mercadoria. "Para inferior, porém, o valor do consumo de uma mercadoria, seria preciso que o nosso possuidor de dinheiro tivesse a sorte de descobrir na esfera da circulação, isto é, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso fosse dotado da singular propriedade de ser fonte de um novo valor ou cuja utilização real seria, pois, a materialização do trabalho e, por consequência, "criação de valor". Ora, o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria particular: é a capacidade de trabalho, ou "força de trabalho". (O Capital, página 190). Se, conforme vimos, o "trabalho" como tal não pode ter um valor, não é esse, de maneira alguma, o caso da "força de trabalho". Esta recebe um valor desde que se torna "mercadoria", como o é hoje, de fato; e esse valor é determinado, "como o de qualquer mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à produção, incluindo-se nela, por conseguinte, a reprodução desse trabalho específico"; isto é, pelo tempo de trabalho necessário para criar os meios de existência dos quais o trabalhador necessita para se manter apto para o trabalho e para continuar procriando trabalhadores. Admitamos que esses meios de existência representem, em média, um tempo de trabalho de seis horas por dia, nosso capitalista incipiente, que compra "força de trabalho" para impulsionar o seu negócio, isto é, que aluga um trabalhador, paga a esse trabalhador o valor diário completo de sua força de trabalho, pois que lhe dá uma soma em dinheiro que representa igualmente seis horas de trabalho. E, desde que o operário trabalhe seis horas ao serviço do capitalista incipiente terá reembolsado inteiramente este último da quantia que lhe foi paga, isto é, do valor diário de força de trabalho que o capitalista lhe pagou. Mas, dessa maneira o dinheiro não seria transformado em capital, não teria engendrado mais-valia. Também o comprador da força de trabalho tem, em consequência, uma maneira inteiramente diversa de encarar a natureza do contrato realizado com o operário. O fato de somente seis horas de trabalho serem necessárias para manter a vida do trabalhador durante vinte e quatro horas, não o impede de modo algum que seja obrigado a trabalhar doze horas em vinte e quatro. O valor da força de trabalho e a sua exploração no processo de trabalho são duas grandezas distintas. O possuidor de dinheiro pagou o valor da força de trabalho; ele é, portanto, proprietário dela durante todo o dia, fazendo trabalhar o dia inteiro o mesmo operário. Que valor criado pela utilização dessa força de trabalho, durante um dia, seja duas vezes tão grande quanto o valor diário dessa força, é uma grande sorte para o comprador; mas não é, de forma alguma, de acordo com as leis que regem a troca de mercadorias, uma injustiça em relação ao vendedor. Assim, o trabalho custa ao possuidor de dinheiro, segundo a nossa hipótese, diariamente, o produto em valor de seis horas de trabalho. Diferença em proveito do possuidor de dinheiro; seis horas de sobre-trabalho não pago, no qual se acha incorporado

o trabalho de seis horas. Realizou-se o milagre, a mais-valia foi produzida, o dinheiro transformou-se em capital.

Demonstrando, assim, como nasce a mais-valia e a única maneira pela qual a mais-valia pode nascer, sob o império das leis que regem a troca das mercadorias, Marx pôs a nu o mecanismo do atual regime capitalista de produção e do regime de apropriação fundado sobre ele, desvendando o núcleo central em torno do qual gira toda a ordem social atual.

Essa gênese do capital tem, entretanto, uma condição prévia essencial: "A transformação do dinheiro em capital exige que o possuidor de dinheiro encontre no mercado o 'trabalhador livre', e livre sob um duplo sentido. É preciso, primeiramente, que o trabalhador possa dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho, como de uma mercadoria qualquer; é preciso, em seguida, que não tenha outra mercadoria a vender e que esteja livre e desembaraçado de todas as coisas necessárias para realizar, por conta própria, a sua força de trabalho". (O Capital, página 192). Mas essa relação entre possuidores de dinheiro e de mercadorias, homens que nada possuem senão sua própria força de trabalho, por outro lado, não é uma relação dependente da natureza, nem muito menos um fato comum a todos os períodos da História: "é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto... do desaparecimento de toda uma série de formas antigas de produção social". Com efeito, esse trabalho livre aparece na história, pela primeira vez, em massa, no fim do século XV e começo do XVI, em seguida à decomposição do regime feudal de produção. Ora, por isso mesmo e pela criação, que data da mesma época, do comércio mundial e do mercado mundial, são lançadas as bases sobre as quais a massa da riqueza mobiliária existente vai-se convertendo progressivamente em capital e o modo capitalista de produção vai-se inclinando inteiramente para a criação de mais-valia, vai se transformando, por força das circunstâncias, no sistema predominante e exclusivo.

Até aqui, temos acompanhado as "concepções exóticas" de Marx, esses "produtos bastardos da fantasia histórica e lógica", em que "a faculdade de discernimento da inteligência com tudo o que significa proibição no uso dos conceitos". Oponhamos, agora, a essas "improvisações" as "profundas verdades lógicas" e o "caráter científico definitivo e rigoroso no sentido das disciplinas exatas", tais como nos oferece o Senhor [Dühring](#).

Já vimos que Marx não tem do capital "a ideia comumente admitida em economia política, segundo a qual é um conjunto de meios de produção que são, ao mesmo tempo, produtos; em vez disso, ele diz que uma soma de valores não se transforma em capital senão quando se valoriza, isto é, quando cria mais-valia. E que diz o Sr. [Dühring](#)? "O capital é a base dos meios econômicos que permitem a

continuidade da produção e a obtenção geral de lucros sobre os resultados da força de trabalho geral". Por mais oracular e ofuscante que seja o seu modo de expressar-se, é evidente que, segundo a própria declaração do Senhor [Dühring](#), essa "base de meios econômicos", embora impulse a produção até a eternidade, não se converterá em capital enquanto não proporcionar "lucros sobre o resultado da força geral de trabalho", isto é, mais-valia ou, pelo menos, sobre-produto. Assim, o pecado que o Senhor [Dühring](#) acusa em Marx, de não fazer do capital a ideia comumente admitida em economia política, não somente ele próprio o comete, como perpetra, em relação a Marx, um plágio torpe, "mal dissimulado" por meio de frases pretensiosas.

A página 262, essa ideia recebe um novo desenvolvimento: "O capital no sentido social (e o capital num sentido não social é outra coisa que o Senhor [Dühring](#) terá ainda que descobrir) é especificamente distinto dos simples meios de produção; porque, enquanto estes últimos não têm senão um caráter técnico e são indispensáveis em todas as circunstâncias, o capital se distingue pela sua força social de apropriação e de participação. O capital social é, na verdade, em grande Parte, apenas o meio técnico de produção em sua função social, mas é precisamente essa função que... deve desaparecer". Se nos lembrarmos que foi Marx, precisamente, quem primeiro salientou a "função social" graças à qual só uma soma de valor se torna capital, fatalmente, "todo observador atento terá que compreender logo que a definição marxista de capital só pode estabelecer confusão - não como pensa o Senhor [Dühring](#), na rigorosa teoria econômica, mas única e exclusivamente na cabeça do Sr. [Dühring](#), que, na História crítica, Se esquece da atração que exercia sobre ele, em larga escala; no Curso, a referida ideia de capital.

Entretanto, o Senhor [Dühring](#) não se contenta de tomar emprestada a Marx. embora sob uma forma "apurada", sua definição do capital e é obrigado a continuar também no "jogo de metamorfoses dos conceitos e da história", e isso apesar dele mesmo compreender que daí não podem sair senão "imaginações exóticas", "improvisação", "fragilidade dos fundamentos" etc. Donde vem essa "função social" do capital que lhe permite apropriar-se dos frutos de trabalho alheio e que, por si só, o distingue do simples meio de produção? "Ela não assenta - diz o Sr. [Dühring](#) - na natureza dos meios de produção e em seu indispensável caráter técnico"; ela, portanto, nasceu da História; e o Sr. [Dühring](#) limita-se a repetir, à página 252, o que nós o ouvimos dizer dez vezes: explica a origem do capital pela famosa aventura dos dois homens, dos quais um, no começo da história, transforma os seus meios de produção em capital pelo simples fato de submeter o outro ao seu poder. Mas, não contente em assinalar uma origem histórica à função social em virtude da qual uma soma de valor se torna capital, o Senhor [Dühring](#) profetiza-lhe também um fim histórico: "É precisamente ela que deve desaparecer". Um fenômeno

nascido historicamente, e que historicamente desaparece, chama-se, na linguagem comum, "uma fase histórica". O capital é, pois, uma fase histórica, não somente em Marx como também no Senhor [Dühring](#). Somos, assim, forçados a concluir que estamos entre jesuítas: quando dois homens fazem a mesma coisa, não é a mesma coisa. Quando Marx diz que o capital é uma fase histórica, essa afirmação é resultado de "uma imaginação exótica, produto bastardo da fantasia histórica e lógica em que a faculdade de discernimento desaparece com tudo o que significa proibidade no emprego dos conceitos". Quando o Sr. [Dühring](#) apresenta igualmente o capital como uma fase histórica, isso é uma prova de "penetração na análise econômica, do caráter científico mais definitivo e mais rigoroso, no sentido das disciplinas exatas".

Em que se distingue, portanto, a ideia que o Sr. [Dühring](#) faz do capital da ideia de Marx? "O capital - diz Marx - não inventou o sobre-trabalho. Onde quer que uma Parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o operário, seja ele livre ou escravo, é obrigado a acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria conservação um tempo de trabalho suplementar para produzir os meios de subsistência de que tem necessidade o proprietário dos meios de produção". (O Capital, livro I, cap. VIII). "O sobre-trabalho, o trabalho excedente ao tempo necessário à manutenção do trabalhador", e a apropriação do produto desse sobre-trabalho por outrem, a exploração do trabalho, são, pois, comuns a todas as formas de sociedade até aqui existentes, enquanto nelas reinarem os antagonismos de classes. Mas é somente quando o produto desse sobre-trabalho se reveste da forma de mais-valia, quando o proprietário dos meios de produção encontra diante de si, como objeto de exploração, o trabalhador livre - livre de entraves sociais e livre de bens próprios - e o explora tendo em vista a produção de mercadorias, é somente, então, segundo Marx, que os meios de produção se revestem do caráter específico de capital. E isso só se produziu em grande escala depois do fim do século XV e começo do século XVI.

Para o Senhor [Dühring](#), ao contrário, "toda soma de meios de produção é capital "que constitui um direito à participação nos frutos da força de trabalho" e que, por conseguinte, tem como resultante o sobre-trabalho qualquer que seja a sua forma.

Noutros termos, o Senhor [Dühring](#) apropria-se do conceito de sobre-trabalho descoberto por Marx para fulminar a mais-valia, igualmente descoberta por Marx, e que, por enquanto, não lhe convém. Segundo o Senhor [Dühring](#), não só a riqueza mobiliária e imobiliária dos cidadãos atenienses e coríntios, que utilizavam o trabalho escravo, mas também a dos grandes proprietários territoriais romanos da

época imperial, e, do mesmo modo, dos barões feudais da Idade Média, por pouco que servissem, de qualquer maneira, à produção, constituem, todas, modalidades, sem exceção, de capital.

O próprio Senhor [Dühring](#) faz, portanto, do capital "não a ideia comumente admitida de que é um conjunto de meios de produção, que são, ao mesmo tempo, produtos, mas uma ideia inteiramente oposta, que abrange inclusive os meios de produção não produzidos: a terra e seus recursos naturais. Mas, de resto, essa ideia de que o capital é simplesmente "um conjunto de meios de produção, que são, ao mesmo tempo, produtos", não é "comumente admitida" senão na economia vulgar. Fora dessa economia vulgar tão cara ao Senhor [Dühring](#), o meio de produção, produto ele próprio, ou, de maneira geral, uma soma qualquer de valores, só se torna capital quando produz um lucro ou juros, isto é, quando rende sobre-produto do trabalho não retribuído, sob a forma de mais-valia, apropriando-se, além disso, sob qualquer dessas duas formas ou variantes específicas, do mais-valor. Para nós, é-nos absolutamente indiferente que todos os economistas burgueses se deixem dominar pela ideia de que a virtude de produzir juros ou lucros é inerente a qualquer soma de valores invertidos, sob condições normais, na produção ou na troca de mercadorias. Capital e lucro ou capital e juros são, na economia clássica, inseparáveis, estão de tal maneira entrelaçados entre si como a causa e o efeito, o pai e o filho, o ontem e o hoje. Mas a palavra, capital, na sua significação econômica moderna, só aparece na época em que surge o próprio fenômeno que o caracteriza, em que a riqueza mobiliária se reveste cada vez mais da função de capital, isto é, explora o sobre-trabalho de operários livres, com o fim de produzir mercadorias; e esse fenômeno começa a tomar forma, pela primeira vez, na mais antiga nação capitalista que se apresenta na história: a Itália dos séculos XV e XVI. E quando em primeiro lugar Marx analisou, até às suas raízes, o regime de apropriação característico do capital moderno, quando Marx pôs o conceito de capital de acordo com os fatos históricos de que se havia afastado e aos quais devia a existência; quando Marx libertou, assim, esse conceito econômico das ideias obscuras e flutuantes que lhe eram inerentes, mesmo na economia burguesa clássica, e nos sistemas socialistas anteriores; foi precisamente Marx quem procedeu com aquele "caráter científico mais definitivo e mais rigoroso" que o Senhor [Dühring](#) tem sempre à boca e que tanto lamentamos não encontrar nele.

De fato, a coisa passa-se de modo inteiramente diverso com o Senhor [Dühring](#). Não contente com o ter qualificado depreciativamente a concepção do capital, como fase histórica, considerando-o um "produto bastardo da fantasia histórica e lógica", e tê-lo apresentado, logo depois, como uma fase histórica, proclama como capital "todos" os meios de poder econômico, "todos" os meios de produção que "servem para se apropriar de uma Parte dos frutos da força de trabalho geral", compreendendo-se

nisso, por consequência, a propriedade territorial em todas as sociedades de classe; o que não o impede, de forma alguma, de fazer, em seguida, entre a propriedade territorial e a renda territorial a distinção tradicional entre capital e lucro, para qualificar de capital somente os meios de produção que produzem um lucro ou juros, como se pode ver nas páginas 118 e seguintes do seu Curso. O Senhor [Dühring](#) poderia também, sob a denominação de locomotivas, incluir cavalos, bois, asnos e cães, porque os mesmos podem pôr em movimento um veículo, censurando os engenheiros de hoje, que restringem o nome de locomotivas aos modernos transportes a vapor, fazendo disso tudo uma fase histórica e entregando-se a imaginações exóticas, produtos bastardos da fantasia histórica e lógica etc. E terminaria por declarar que cavalos, bois, asnos e cães são excluídos da denominação de locomotivas, que não se aplica senão aos veículos a vapor.

Tudo isso nos obriga a dizer novamente: são exatamente o conceito e a definição de capital, apresentados pelo Sr. [Dühring](#), que carecem de toda "a nitidez de análise da Economia política" e que perderam a "capacidade de distinção e toda a probidade no uso dos conceitos"; as concepções áridas, os confucionismos, as superficialidades que pretendem impor-se como verdades lógicas e profundas, bem como a fragilidade dos fundamentos florescem esplendorosamente nas páginas do próprio Senhor [Dühring](#).

Mas tudo isso não significa grande coisa. Ao Sr. [Dühring](#) caberá sempre a glória de haver descoberto o eixo em torno ao qual se moveram, até aqui, toda a economia, toda a política, todo o direito, numa palavra - toda a história. Eis aqui a pedra angular irremovível.

"A violência e o trabalho são os dois fatores capitais que entram em jogo na constituição das relações sociais".

Nessa única proposição está encerrada a constituição inteira do mundo econômico até aos nossos dias. Ela é extremamente breve e está assim concebida:

Artigo 1º: O trabalho produz.

Artigo 2º.: A violência distribui.

E é a isso que se reduz, "falando humanamente e em alemão", toda a ciência econômica do Senhor [Dühring](#).



## Capítulo VIII

# Capital e Mais Valia (Conclusão)

*"Segundo o ponto de vista do Senhor Marx, o salário representa apenas a remuneração do tempo de trabalho que o operário emprega realmente para tornar possível a sua existência. Basta, para isso, um pequeno número de horas: todo o resto da jornada de trabalho, quase sempre muito prolongada, fornece um excedente em que está contido o que o nosso autor chama "mais-valia" ou, para falar em linguagem comum, o lucro do capital. Abstração feita do tempo de trabalho que, numa fase qualquer de produção, já está contido nos instrumentos de trabalho e nas matérias-primas, este excedente da jornada de trabalho é a Parte do empreiteiro capitalista. A prolongação da jornada de trabalho é, em consequência, pura exploração em proveito do capitalista..."*

Assim, segundo o Senhor [Dühring](#), a mais-valia não passa do que comumente se chama rendimento ou lucro do capital. Vejamos o que diz Marx. À página 195 de O Capital, mais-valia é explicado pelas palavras postas entre parênteses em seguida a estas: "juros, lucro, renda". À página 210, Marx dá um exemplo em que aparece uma soma de mais-valia de 71 shillings sob as diversas formas em que ela é

repartida: dízimo, taxas locais e impostos, 21 shillings; renda territorial, 28 shillings; lucros e juros do fazendeiro, 22 shillings; mais-valia total: 71 shillings. À página 52, Marx declara que uma das maiores lacunas que se notam em [Ricardo](#) é "nunca ter estudado a mais-valia como tal, isto é, independentemente de suas formas particulares, tais como o lucro, a renda territorial etc."; é de ter, por essa razão, confundido as leis da taxa de lucro. "Demonstrarei mais adiante, - diz Marx - no livro II da presente obra, que, segundo as circunstâncias, a mesma taxa de mais-valia pode exprimir-se nas mais diversas taxas de lucro e que taxas diferentes de mais-valia podem, inversamente, exprimir-se na mesma taxa de lucro". À página 587, lê-se ainda: "O capitalista que produz a mais-valia, isto é, que subtrai diretamente aos operários uma certa quantidade de trabalho não pago, que ele realiza em mercadorias, é o primeiro a apropriar-se dessa mais-valia, mas não é o seu último proprietário.

"Ele é obrigado a reparti-la, em seguida, com capitalistas que exercem outras funções no conjunto da produção social, tais como o proprietário territorial etc. A mais-valia divide-se, portanto, em várias Partes, que se destinam a diversas categorias de pessoas e se revestem, cada uma, de uma forma especial, independentes umas das outras, tais como lucro, juros, ganho comercial, renda territorial etc. No livro III, trataremos dessas formas modificadas da mais-valia". E assim em muitas outras passagens.

Ninguém se exprimiria com maior clareza. Em todas as ocasiões, Marx aproveita todas as oportunidades para insistir que não se deve absolutamente confundir sua mais-valia com o lucro ou o ganho do capital; que este último, pelo contrário, é uma forma secundária e quase sempre uma simples fração da mais-valia. Quando o Sr. [Dühring](#) pretende, portanto, que a mais-valia de Marx é, para falar a linguagem comum, o lucro do capital", que se pode concluir, em face disso, uma vez que todo o livro de Marx gira em torno da mais-valia? Só há duas hipóteses: ou ele não sabe o que diz e, nesse caso, é de uma impudência sem igual pretendendo fulminar uma obra cujo conteúdo essencial ignora; ou conhece esse conteúdo e comete voluntariamente uma falsificação.

Mais adiante, o Senhor [Dühring](#) escreve: "O ódio venenoso com que o Senhor Marx cultivava essa ideia de conceber a exploração é bastante compreensível. Mas, pode-se sentir uma cólera ainda mais violenta e reconhecer, mais plenamente ainda, o caráter de exploração essencial à forma econômica fundada sobre o trabalho assalariado, sem admitir a tendência teórica que se exprime na doutrina marxista da mais-valia".

Segundo o Senhor [Dühring](#), o sentido bem intencionado, mas teoricamente errado de Marx, desperta nele um ódio venenoso contra a exploração; sua paixão, moral em si, reveste, como consequência de sua falsa, "tendência teórica", uma expressão imoral, manifestando-se em ódio ignóbil

e torpemente venenoso, ao passo que a "ciência definitiva e rigorosa" do Senhor [Dühring](#) se exprime por uma paixão moral maravilhosamente nobre, por uma cólera moralmente superior em sua forma e, além disso, quantitativamente superior àquele ódio venenoso, por ser uma "cólera mais poderosa". Mas deixemos o Senhor [Dühring](#) deleitar-se na sua própria contemplação e vejamos onde tem suas raízes verdadeiras essa cólera potente.

"Uma pergunta se nos depara - continua ele: - Como os patrões em concorrência conseguem valorizar constantemente o produto pleno do trabalho e, desse modo, o sobre-produto, elevando-o muito acima das despesas normais de fabricação, conforme indica a proporção a que já nos referimos entre o excesso de produção e as horas de trabalho? Não se achará resposta a essa pergunta na doutrina de Marx, pela simples razão de que nessa doutrina não há lugar para tal pergunta. O caráter de luxo que reveste a produção fundada sobre o trabalho assalariado não é sequer abordado seriamente e a organização social, com seu caráter vampiresco, não é, de maneira alguma, reconhecida como fundamento derradeiro da escravatura branca. Pelo contrário, é preciso, segundo Marx, que o elemento político e social seja sempre explicado pelo elemento econômico".

Vimos, porém, pelas passagens acima citadas, que Marx não pretende absolutamente que o sobre-produto seja, em todas as circunstâncias, vendido, na média dos casos, ao seu pleno e justo valor pelo capitalista industrial, que dele se apropria em primeiro lugar, como supõe o Senhor [Dühring](#). Marx diz expressamente que o lucro comercial também constitui uma Parte da mais-valia, e em tais circunstâncias isto só é possível se o fabricante vender seu produto ao negociante, abaixo de seu valor, cedendo-lhe, assim, uma Parte de seu espólio. Feita como aí está, a pergunta na verdade, não pode nem mesmo ser encontrada em Marx. Feita em termos racionais, ei-la: Como a mais-valia se transforma em suas formas e modalidades: lucro. juros, ganho do comerciante, renda territorial etc.? E esta questão Marx promete, sem dúvida, resolvê-la no livro II de O Capital. Mas se o Senhor [Dühring](#) não podia esperar pacientemente pelo aparecimento do segundo volume de O Capital, poderia ter examinado, com mais cuidado, o primeiro volume. Neste, poderia ver, afora as passagens já citadas, à página 323, por exemplo, que, segundo Marx, as leis imanentes da produção capitalista agem no movimento exterior dos capitais como as leis imperativas da concorrência, que é a forma sob a qual se revelam à consciência do capitalista individual como os seus motivos propulsores; que, por conseguinte, uma análise científica da concorrência não é possível senão quando se discerne a natureza íntima do capital, do mesmo modo que o movimento aparente dos corpos celestes só é perceptível aos que conhecem o seu movimento real, imperceptível aos sentidos. Sobre isto, Marx mostra, por exemplo, como uma lei determinada e

concreta, a lei do valor, se manifesta num caso determinado no campo da concorrência e ali exerce sua força propulsora. Bastava isto para fazer compreender ao Senhor [Dühring](#) que a concorrência representa papel capital na repartição da mais-valia e com um pouco de reflexões, estas indicações dadas no primeiro volume seriam, com efeito, suficientes para fazer reconhecer, pelo menos em suas linhas gerais, o caminho que segue a mais-valia para transformar-se em suas diferentes formas ou modalidades.

Mas, para o Senhor [Dühring](#), é justamente a concorrência o empecilho absoluto que se ergue ante a compreensão do problema. Ele não chega a perceber como padrões concorrentes podem constantemente elevar tão acima do custo natural de produção o produto integral do trabalho, nele incluído, portanto, o sobre-produto. Mais uma vez "tornamos a encontrar aqui o seu conhecido "rigor" de investigação que, na realidade, é simples negligência.

Para Marx, o sobre-produto, como tal, não entra absolutamente nos gastos da fabricação: é a Parte do produto que não custa nada ao capitalista, Se os padrões concorrentes quisessem vender o sobre-produto ao preço de suas despesas naturais de fabricação, nada mais teriam a fazer senão dá-lo de presente. Mas não nos retardemos nestes "detalhes micrológicos". Não estariam os padrões concorrentes valorizando diariamente o produto do trabalho acima do custo natural de produção? Segundo o Senhor [Dühring](#), os gastos naturais de fabricação consistem "no dispêndio de trabalho ou de força e esta pode, em última análise, medir-se pelo dispêndio em alimentos", uma vez que na sociedade atual eles consistem no dispêndio real de matérias-primas, instrumentos de trabalho e em salários realmente invertidos, pondo-se à Parte a "tributação", isto é. o lucro ou sobrecarga imposta ao produto tendo uma espada na mão. Ora, todos sabem que na sociedade em que vivemos os padrões concorrentes não vendem suas mercadorias de acordo com o valor das despesas naturais de fabricação: mas que, de fato, lhes acrescentam uma sobrecarga que é o lucro, e, com efeito, de ordinário o obtêm. A pergunta, com que o Sr. [Dühring](#) julgava de um sopro, jogar por terra todo o edifício da teoria de Marx, tal como fez Josué nos tempos bíblicos, com as muralhas de Jerico, essa pergunta pode ser feita também no que se refere à teoria econômica do Sr. [Dühring](#). Vejamos a resposta que ele dá:

"A propriedade do capital - diz ele - nada significa praticamente e não pode ser realizada em valor se nela não estiver encerrada, ao mesmo tempo, o poder indireto sobre a matéria humana. O produto deste poder é o lucro do capital e a grandeza desse lucro dependerá, portanto, da extensão e da intensidade do exercício de poder... o lucro do capital é uma instituição política e social, cuja ação é mais poderosa que a da concorrência. Os padrões, nesse terreno, atuam como classe e cada um, em particular,

mantém sua posição. A cada modalidade dominante de economia corresponde, necessariamente, uma taxa determinada de lucro do capital."

Infelizmente continuamos a não saber como os patrões concorrentes conseguem vender constantemente o produto do trabalho por quantia superior aos gastos naturais de fabricação! Não é possível que o Senhor [Dühring](#) faça tão pouco caso do seu público a ponto de querer enganá-lo com a frase: o lucro do capital está acima da concorrência como, em seu tempo, o rei da Prússia, estava acima da lei. A manobra graças à qual o rei da Prússia se havia entronizado sobre a lei é bastante conhecida; a manobra, por meio da qual o lucro do capital consegue entronizar-se por cima da concorrência e ser mais forte do que ela, é justamente o que o Sr. [Dühring](#) devia fazer-nos conhecer e o que ele se recusou obstinadamente a explicar-nos.

Não é bastante dizer-se que os patrões nesse terreno, agem com a classe e que cada um deles sustenta a sua posição. Ele não quererá, portanto, fazer-nos crer, sob sua palavra, que basta que uma coletividade aja como classe para que cada indivíduo mantenha sua posição. Os membros das corporações da Idade Média, os nobres franceses, em 1789, agiram, como se sabe, resolutamente, como classe, mas, longe de manter sua posição, foram levados à morte, sem possibilidade de resistir.

Também o exército prussiano, em Jena, atuando como um conjunto longe de garantir as suas posições, teve, de abandonar o campo e, embora parcialmente, teve também de capitular. Não nos poderemos contentar, igualmente, com a certeza de que em cada regime dominante de economia o lucro do capital é, até certo ponto, uma necessidade; o que justamente se procura esclarecer é a razão pela qual se verifica esse fenômeno. Não avançamos ainda nenhum passo quando o Senhor [Dühring](#) nos faz esta comunicação: "O império do capital surgiu relacionado ao domínio sobre a terra. Uma Parte dos trabalhadores agrícolas (servos), emigrando para as cidades, transformaram-se em operários industriais e acabaram por converter-se em material fabril. Após a renda territorial, o lucro do capital constituiu-se como uma segunda forma da renda possessória". Embora façamos abstração do que esta afirmação tem de historicamente inexato, ela não deixa de ser uma simples afirmação e contenta-se em assegurar, por várias vezes, o que justamente deve ser explicado e demonstrado. Não podemos, portanto, chegar senão a uma única conclusão: a de que o Senhor [Dühring](#) é incapaz de responder à sua própria pergunta: Como os comerciantes concorrentes conseguem vender constantemente o produto do trabalho por quantia superior às despesas naturais de fabricação? É incapaz, pois, de explicar a origem do lucro. Só lhe resta decretar, numa palavra, que o lucro do capital é o produto da "violência", o que, aliás, se ajusta perfeitamente ao artigo 2 da Constituição Social de [Dühring](#): "a violência distribui". É muito bonito de

dizer; mas então, "outra pergunta nos acode": a violência distribui... o quê? É preciso que haja alguma coisa a distribuir, sem o que, até a mais onipotente das violências, com a maior boa vontade do mundo, nada poderia distribuir.

O lucro que os patrões concorrentes embolsam é algo bastante sólido e palpável. A violência pode "arrebata-lo", mas não "produzi-lo". E o Senhor [Dühring](#), que se recusa obstinadamente a explicar-nos "como" a violência arrebatou o lucro do capitalista, responde com um silêncio de túmulo quando se lhe pergunta: Donde ela o tira? A quem nada possui, o rei declara livre de tributos. Onde não há nada são inúteis todas as violências. Do nada nada vem e muito menos o lucro. Se a propriedade do capital não significa praticamente nada e não pode transformar-se em valor, caso não se verifique, ao mesmo tempo, um constrangimento exercido sobre a matéria humana, uma primeira pergunta nos acode: como a riqueza do capital conseguiu adquirir esse poder de constrangimento? (questão que não resolvem de modo algum as poucas afirmações históricas citadas linhas atrás); e logo uma segunda: Como se transformou esse poder em exploração do capital, isto é, em lucro? E uma terceira: de onde sai esse lucro?

Podemos examinar a doutrina econômica de [Dühring](#) sob o aspecto que quisermos e não avançaremos sequer um passo. Para o Sr. [Dühring](#) todos os fenômenos condenáveis, o lucro, a renda territorial, os salários de fome, a servidão dos trabalhadores, se reduzem a uma expressão apenas: a violência, sempre a violência. E a "poderosa cólera" do Sr. [Dühring](#), como nada consegue explicar, volta-se contra a violência. Vimos, em primeiro lugar, que invocar a violência é uma escapatória torpe que nos faz passar do terreno econômico para o terreno político e é incapaz de explicar um único fato econômico; em segundo lugar, ela não explica a origem da própria violência e isto muito prudentemente, pois, do contrário, chegaria a concluir forçosamente que todos os privilégios sociais e toda violência política têm sua fonte nas condições econômicas, no regime de produção e de troca encontrado em cada sociedade.

Experimentemos, no entanto, arrancar ainda alguns esclarecimentos sobre o lucro, esse "profundo e inexorável fundamentador" da economia, Talvez o consigamos nas suas explicações sobre o salário, à página 158:

"O salário do trabalho é o preço da manutenção da força de trabalho e, primeiramente, aparece como base da renda territorial e do lucro do capital. Para compreendermos claramente as condições que imperam nesta matéria, examinemos historicamente a renda territorial e o lucro do capital sem salário, isto é, as condições de trabalho nos regimes de escravidão, ou de vassalagem... O fato de que o

escravo, o servo ou o trabalhador assalariado tenham de ser alimentados, concorre apenas para que se estabeleça uma distinção quanto ao modo de determinar o custo de produção. De qualquer forma, porém, o produto líquido obtido pela exploração da força de trabalho constitui a renda do patrão... Vê-se, pois, que... a oposição essencial em virtude da qual se tem, de um lado, uma forma qualquer da "renda possessória", e de outro, o trabalho assalariado sem direito de posse, não pode ser focalizada exclusivamente num destes termos, mas nos dois ao mesmo tempo". Mas a renda possessória não é, como verificamos à página 188, senão uma expressão que designa, ao mesmo tempo, renda territorial e lucro do capital. Lê-se ainda à página 174: "O que caracteriza o lucro do capital é a apropriação duma - Parte essencial do produto da força de trabalho. Sem a correlação do trabalho, sujeito, direta ou indiretamente, a uma ou outra forma, o lucro do capital é inconcebível". E à pág. 174: "O salário nunca é mais do que o pagamento que deve, de um modo geral, assegurar ao trabalhador a sua manutenção e a possibilidade de perpetuar a sua espécie". E, por fim, à página 195: "O que é destinado à renda possessória está necessariamente perdido para o salário e, inversamente, a Parte do rendimento geral (!), que se destina ao trabalho, está fatalmente perdida para a renda possessória".

O Sr. [Dühring](#) é uma verdadeira caixa de surpresas. Na teoria do valor e nos capítulos que se seguem até, e inclusive, a teoria da concorrência, ou seja da página 1 à página 155, os preços das mercadorias ou valores se dividiam em: 1o., custo natural ou valor da produção (a saber, despesas com matérias-primas, instrumentos de trabalho e salário); 2o., sobrecarga ou valor de distribuição, tributo que a classe monopolista impõe de espada na mão. Essa sobrecarga, conforme já vimos, em nada pode alterar a distribuição da riqueza, porquanto dá com uma das mãos o que toma com a outra e que, além disso, pelo que o Sr. [Dühring](#) nos informa da sua origem e conteúdo, nasce do nada e, portanto, consiste também de nada.

Nos dois capítulos seguintes, que tratam das espécies de renda, ou seja da página 158 à página 217, não se cuida mais de tal sobrecarga. Em vez disso, o valor de todo produto do trabalho, de toda mercadoria, divide-se, agora, em dois elementos: 1º., os gatos de produção, nos quais também está contido o salário pago; e 2º., o "produto líquido obtido pelo desgaste da força de trabalho", que constitui a renda do patrão. Esse produto líquido tem uma fisionomia bastante conhecida que nenhuma tatuagem nem nenhuma arte de disfarce podem esconder. "Para compreender com perfeita clareza as condições que reinam nessa matéria", compare o leitor os trechos do Senhor [Dühring](#) que acabamos de citar, com os trechos anteriormente citados de Marx a respeito do sobre-trabalho, do sobre-produto e da mais-valia, e logo descobrirá que, à sua maneira, o Senhor [Dühring](#), copia diretamente, aqui, O Capital.

É o sobre-trabalho, sob uma forma qualquer, seja a da escravidão, da servidão ou do trabalho assalariado, que o Senhor [Dühring](#) reconhece ter sido a fonte das rendas de todas as classes dominantes até o dia de hoje: esse trecho é tomado à passagem de O Capital (pág. 277) por nós citada já várias vezes: "O capitalista não inventou a mais-valia" etc. O "produto líquido" que constitui a "renda do patrão", outra coisa não é senão o excedente do produto do trabalho sobre o salário que, apesar de seu disfarce em "pagamento", deve, de um modo geral, segundo ainda o Senhor [Dühring](#), assegurar ao trabalhador o seu sustento e a possibilidade de perpetuar a espécie. Como poderia operar-se a "apropriação da Parte essencial do produto da força de trabalho" a não ser porque, como em Marx, o capitalista subtrai ao trabalhador mais trabalho do que lhe é necessário para reproduzir os meios de existência consumidos por este último, isto é, porque o capitalista força o operário a trabalhar mais tempo do que lhe é necessário para substituir o valor do salário pago? Como seria possível a não ser por meio do prolongamento da jornada de trabalho além do tempo necessário para reproduzir os meios de subsistência do trabalhador? É a isso que Marx denomina de sobre-trabalho e é isso, igualmente, que se oculta no Senhor [Dühring](#) sob a expressão de "desgaste da força de trabalho". O "produto líquido", que retorna ao patrão, nada mais é do que o sobre-produto e a mais-valia de Marx. A não ser pela inexatidão de sua formulação em que a "renda possessória" de [Dühring](#) difere da mais-valia marxista? De resto, o Sr. [Dühring](#) tomou a expressão "renda possessória" (Besitzrent) a [Rodbertus](#), que já reunia a renda territorial e a renda do capital ou lucro do capital sob a expressão comum de renda, de maneira que o Senhor [Dühring](#) não teve senão que acrescentar a palavra "possessória" <sup>(8)</sup>. E, para que nenhuma dúvida subsista sobre o plágio, o Sr. [Dühring](#) resume a seu modo as leis relativas às variações de grandeza do preço da força de trabalho e da mais-valia, expostas por Marx no capítulo XV de O Capital, dizendo que o que cabe à renda possessória está perdido para o salário e vice-versa, reduzindo, pois, as leis concretas e tão substanciais de Marx a uma tautologia vazia, porquanto não é preciso dizer que, de uma quantidade de água dividida em duas Partes, uma não pode crescer sem que a outra diminua. O Senhor [Dühring](#) chegou, assim, a apropriar-se das ideias de Marx de tal maneira que faz desaparecer inteiramente o "caráter científico rigoroso, no sentido das disciplinas exatas", que se encontra, certamente, na exposição de Marx.

Não podemos, portanto, deixar de admitir que a extraordinária algazarra feita contra O Capital, na História Crítica, e a poeira que ela faz redemoinhar em torno da famosa questão surgida a propósito da mais-valia, e que teria sido melhor o Senhor [Dühring](#) não levantar, uma vez que ele próprio não a pode resolver; não podemos deixar de admitir - dizíamos - que tudo isso não passa de um estratagema de

guerra, de uma hábil manobra para esconder o plágio grosseiro de Marx cometido pelo Senhor [Dühring](#) no Curso de Economia. O Senhor [Dühring](#) tinha, com efeito, todas as razões do mundo para prevenir os seus leitores contra o estudo dessa "barafunda que se chama O Capital, do Senhor Marx", contra os "produtos bastardos da fantasia histórica e lógica, as ideias confusas, as manias hegelianas etc.". A Vênus da qual esse fiel mentor procura desviar a juventude alemã, ele a tinha ido buscar nas terras de Marx e a tinha posto, em surdina, em lugar seguro, para seu próprio prazer. Cumprimentemo-lo por esse produto líquido obtido, utilizando a força de trabalho de Marx, e pela luz particular que a sua anexação da mais-valia marxista, sob o nome de renda possessória, lança sobre os motivos da sua falsa e obstinada afirmação, aliás repetida em duas edições, de que Marx entendia por mais-valia somente o lucro ou o ganho do capital.

E assim somos levados a elaborar o quadro dos resultados a que chega o Senhor [Dühring](#), da maneira seguinte, com os termos do próprio Senhor [Dühring](#), segundo o ponto de vista do Senhor [Dühring](#): o salário representa apenas a remuneração do tempo de trabalho durante o qual o operário trabalha realmente para tornar possível a sua própria existência. Basta, para isso, um pequeno número de horas; todo o resto da jornada de trabalho, quase sempre muito prolongada, fornece um excedente em que está contida o que o nosso autor chama "renda possessória..." Abstração feita do tempo de trabalho já contido, numa fase qualquer da produção, nos instrumentos de trabalho e nas matérias primas relativas, este excedente da jornada de trabalho é, por conseguinte, um puro ganho do capitalista arrancado à exploração. O ódio venenoso com que o Senhor [Dühring](#) "cultiva esta ideia a respeito do fenômeno da exploração é bastante compreensível"... Mas o que não se compreende nitidamente são os meios pelos quais ele pretende alcançar a sua "cólera poderosa".